



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 21 de agosto de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Artigo	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Governo estende desoneração para móveis	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
SP tenta barrar prerrogativas da ZFM	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mercado reduz previsão para alta	5
ECONOMIA	
A CRITICA	
CAPA	6
CAPA	
A CRITICA	
Estados se 'arma' para enfrentar Adin de SP	7
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Estados se 'arma' para enfrentar Adin de SP (continuação)	8
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Que pacto é esse?	9
OPINIÃO	
A CRITICA	
SIM & Não	10
OPINIÃO	
A CRITICA	
Previsão	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Servidores recusam reajuste	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	13
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Governo oferece reajuste a mais três categorias	14
PAÍS	
AMAZONAS EM TEMPO	
Governo paulista 'ataca' legislação do Amazonas	15
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Governo paulista 'ataca' legislação do Amazonas (continuação)	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro	17
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Ação do governo paulista contra o AM põe em xeque novos investimentos	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Videolar suspender comércio eletrônico	19
ECONOMIA	

CAPA

SP intensifica guerra fiscal contra o AM

O Amazonas prepara estratégia para contrapor denúncia do governo paulista, que questiona no STF (Supremo Tribunal Federal) incentivos fiscais concedidos para o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sem autorização do Confaz. “Já estamos trabalhando em cima de uma ação imediata para contrapor a denúncia de São Paulo”, argumentou o secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, Iser Abraham.

O presidente do Cieam, Wilson Périco, lembra que São Paulo não vem reconhecendo os incentivos amazonenses desde o início do ano.

Artigo



Caldeirão de incompetências fiscais

* REGINALDO DE OLIVEIRA

O Brasil é um país marcado pela falta de investimento em pesquisa e qualificação de mão-de-obra, consequência do nosso combalido e equivocado sistema educacional. Por isso, às vezes temos a sensação de que a alma do nosso povo, a nossa quintessência parece ser mais rarefeita frente a nações produtoras de prêmios Nobel ou detentoras de tecnologia de ponta. É claramente perceptível a falta de tutano e consistência de muitos ocupantes de altos cargos na administração pública. Não à toa, algumas entidades governamentais costumam tomar emprestado um ou outro funcionário graduado de

outras esferas do poder estatal. Dessa forma, pessoas do quadro da Receita Federal ocupam diretorias nas secretarias estaduais; auditores da fazenda estadual são emprestados às prefeituras etc. Fatos dessa natureza denunciam a ausência de opções no plantel de determinados órgãos públicos. Esse fenômeno da escassez da excelência profissional tem se agravado nos últimos tempos devido à monstruosa complexidade dos controles governamentais que se avoluma ano após ano.

Na contramão da realidade mediana preponderante nos infindáveis departamentos e

gabinetes, segue firme a determinação do governo de implantar procedimentos absolutamente impraticáveis. O resultado desse descompasso entre o desejável e o possível é uma putrefata lama burocrática que só piora as nossas já desajustadas relações insti-

Os novos modelos de controle fiscal intimidam as secretarias de Fazendas desorientadas por normas malucas

tucionais, contribuindo para agravar mais ainda a famigerada insegurança jurídica que paira sobre as nossas cabeças como um espírito maligno. Na realidade, toda essa miscelânea escatológica retrata bem o caminho que a sociedade brasileira resolveu trilhar. Assim, somos o país das discrepâncias, dos contrastes, do salve-se quem

puder. Um bom exemplo são as escandalosas diferenças de remuneração de um professor, que ganha um salário mínimo, e a remuneração de um juiz que pode chegar a cem mil reais. No meio do caminho os cargos aspônicos estão na média dos vinte mil reais. Ou seja, não faltam verbas para estratosféricos vencimentos aos aspones, mas nunca tem dinheiro para dar um mínimo de dignidade a professores e pesquisadores. Por isso falta capacitação, por isso falta gestão de qualidade aos órgãos públicos onde prevalece o loteamento de cargos pelos partidos políticos.

Um exemplo ilustrativo desse estado de coisas está nas secretarias da fazenda pública, principalmente estaduais e municipais, que não estão conseguindo digerir os rápidos e ultra-complexos sistemas de controle fiscal surgidos nos últimos tempos. O problema é que essa nova realidade está exigindo algo não muito comum na esfera pública, que é simplesmente uma gestão profissional e eficiente da coisa pública. Assim, falta competência, falta gestão, falta qua-

lificação, onde funcionários e esclarecimentos se colidem e se divergem sempre que os contribuintes fazem questionamentos bem estruturados. Encontrar alguém nesses ambientes que possa tratar de forma sensata e ponderada uma questão fisco tributária é um senhor desafio, visto que os cérebros pensantes e sensatos estão enfiados em gabinetes que ficam dentro de gabinetes vigiados por leões-de-chácara prontos para morder quem se aproxima.

Esses novos modelos de controle fiscal tem intimidado e confundido as ações das secretarias de fazenda, que perdidas e desorientadas pela turbulência de tantas tecnologias e normas malucas, acabam direcionando suas miras para os pequenos e médios contribuintes, que também possuem extremas deficiências técnicas nos seus quadros operacionais. É como se fosse a cobra cega lutando contra o

sapo aleijado. Enquanto isso, e correndo por fora desse embate de incompetências, os grandes e melhor equipados contribuintes dançam e sapatam em volta do borbulhante caldeirão de ignorâncias fiscais. A confusão da legislação e a fragilidade técnica dos agentes fazendários tanto prejudica o pequeno quanto favorece o grande contribuinte. O empresário desprovido de conexões estratégicas e de assessoramento adequado sofre constantemente o peso esmagador do fisco que gruda no seu cangote como carrapatos famintos. Já os grandes e poderosos contribuintes incumbem seus lobistas e advogados de elaborar as mais mirabolantes estratégias (legais ou não) para pagar pouco ou nenhum tributo. É o mais curioso é que todos sabem dos esquemas, mas, inexplicavelmente, ninguém se atreve a mexer com os grandes sonegadores. Por que será?

* é contador e professor do ensino superior. BLOG: www.reginaldo.cnt.br

Governo estende desoneração para móveis

Itens do setor moveleiro serão contemplados com redução no imposto para estimular a atividade e garantir competitividade

O governo ampliou os itens desonerados de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor moveleiro. Segundo o Ministério da Fazenda, a medida é uma adequação da lista que está em vigor desde abril deste ano e tem previsão para acabar no final de setembro.

O Decreto 7.792, publicado nesta segunda-feira no Diário Oficial da União, reduz a zero a alíquota do imposto para mais 14 itens classificados como painéis de madeira, laminados de alta resistência e de PVC utilizados para revestimento de móveis. As alíquotas originais são 5% ou 15%, dependendo do produto.

A Receita Federal informou que se espera, com a medida, estimular os setores envolvidos e garantir a manutenção dos níveis de atividade econômica, do emprego e renda. A adequação da lista foi realizada a pedido das empresas do setor. A renúncia de arrecadação será em torno de R\$ 116,12 milhões.

Em junho, ao anunciar a prorrogação do benefício, que venceria naquele mês, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia antecipado que os painéis de madeira seriam incluídos na lista de isenção de IPI.

A retirada do imposto foi uma das medidas adotadas pelo governo para estimular a economia e as vendas em queda de alguns segmentos. Além do setor de móveis, alguns produtos da linha branca - como geladeiras e fogões - e automóveis também tiveram redução de IPI. Nestes últimos dois casos, o benefício está previsto para acabar no dia final deste mês.

Na avaliação da equipe econômica, as medidas adotadas até agora foram bem sucedidas porque ampliaram as vendas e os postos de trabalho. A contrapartida exigida pelo governo

Na avaliação da equipe econômica, as medidas adotadas até agora foram bem-sucedidas porque ampliaram as vendas e os postos de trabalho

dos fabricantes foi o compromisso de repassar a vantagem para os consumidores e manter o nível de emprego.

A redução do IPI para alguns segmentos, a queda da taxa básica de juros (Selic) e dos spreads bancários (diferença entre o custo de captação de dinheiro pelos bancos e o cobrado dos clientes), além da ampliação da oferta de crédito no País são medidas consideradas importantes: pelo governo para ajudar a economia a recuperar um ritmo mais acelerado de crescimento.

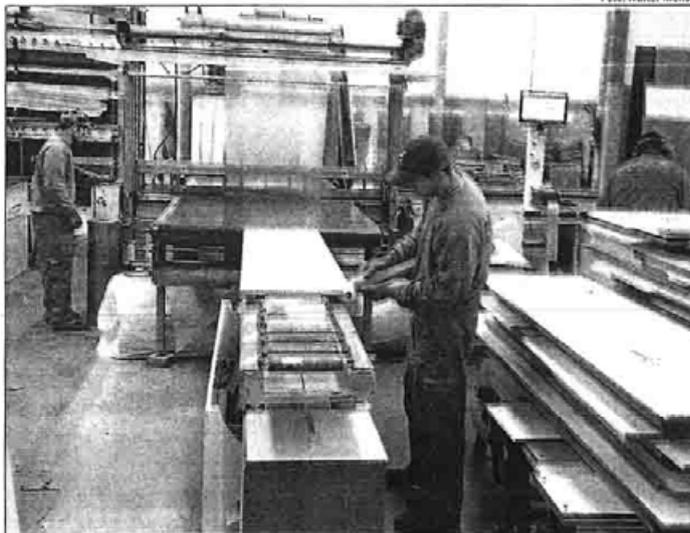


Foto: Walter Mendes

Renúncia fiscal de arrecadação do setor moveleiro será em torno de R\$ 116,12 milhões

MÓVEIS Redução de IPI em itens de fabricação

QUE
O governo reduziu a zero as alíquotas do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre painéis de madeira, laminados de alta resistência e PVC para móveis

VIGÊNCIA
Até 30/9/12

OBJETIVO
Estimular os setores envolvidos na cadeia produtiva da fabricação de móveis, contribuindo, inclusive, na manutenção dos níveis de atividade econômica e de emprego e renda

R\$ 116,12 mi
estimativa da renúncia de receitas decorrente da medida

FONTE | Agência Brasil, Diário Oficial da União | © GRAFFO

Empresas amazonenses comemoram iniciativa

De acordo com o empresário da Art's Acabamentos e Modulados Planejados, Augusto Pereira, o incentivo já deve ser sentido pelo consumidor nos próximos dias. "Com taxas mais baixas, o preço cai naturalmente", garante. A redução do imposto já havia sido prometida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 29 de ju-

nho deste ano, quase prorrogou por três meses o abatimento das taxas de IPI para móveis, laminados e luminárias.

Na ocasião, o representante disse que havia intenção do governo em incluir painéis de madeira no programa, que teriam alíquota baixada de 15% para zero.

"Essa é uma boa hora para

o consumidor que pretende renovar a mobília ou montar uma casa", alerta Pereira. Lojas de móveis modulados aproveitaram para reforçar promoções e descontos podem chegar a 40% em produtos como mesas de jantar, armário de cozinha e estantes.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Madei-

ras Compensadas e Laminadas no Estado do Amazonas, Moyses Benarros Israel, a expectativa é que o setor seja estimulado por uma intensificação na fabricação de móveis. "A manutenção dos níveis de atividade econômica e de emprego e renda são pontos fundamentais para o segundo semestre", diz.

SP tenta barrar prerrogativas da ZFM

Por Juliana Geraldo

O Amazonas se prepara para contrapor as denúncias do governo de São Paulo em mais um episódio de guerra fiscal entre os dois Estados.

Na última sexta-feira (17), o governador paulista Geraldo Alckmin contestou no STF (Supremo Tribunal Federal), por meio da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4832, a desoneração de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) concedida pelo Amazonas e cobrou a obrigatoriedade de o Estado passar pelo Confaz (Conselho

Nacional de Política Fazendária) para aprovar a concessão de benefícios fiscais.

"Já estamos trabalhando em cima de uma ação imediata para contrapor a denúncia de São Paulo. Entrar com a Adin é um direito deles, mas estamos confiantes no ganho de causa para o Amazonas" argumentou o secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, Isper Abraham. De acordo com o secretário, a atitude do governo paulista causa instabilidade jurídica e pode trazer sérios prejuízos para os investimentos do PIM.

O presidente do Ciem (Centro da Indústria do Estado do

Amazonas), Wilson Périco, lembra que São Paulo não vem reconhecendo os incentivos amazonenses desde o início do ano. No primeiro semestre, a Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo) autou cinco fábricas do PIM por não considerar válidos os incentivos de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) concedidos pelo Amazonas.

Sem saber se os incentivos fiscais -principal atrativo para trazer investidores para a região- serão válidos ou não, o temor dos representantes é de que os fabricantes se sintam desestimulados em produzir

no PIM.

"Por isso, mais do que nunca, cabe a nós avaliar as acusações e nos defendermos. Precisamos encontrar uma solução o quanto antes", complementou Périco.

Isper Abraham por sua vez informou que o governo do Estado já se reuniu com a Sefaz e outras autoridades para discutir um caminho.

Segundo a Sefaz-AM, a PGE (Procuradoria Geral do Estado) deve se pronunciar e tomar providências nos próximos dias. A reportagem entrou em contato com a procuradoria para maiores detalhes, mas não obteve resposta.

'A guerra'

O secretário executivo da Sefaz-AM (Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas), Afonso Lobo, explica que o Amazonas é o único Estado que não precisa de aprovação do Confaz para conceder incentivos de ICMS, direito garantido pelo artigo 15 da Lei Complementar n. 24 de 1975.

"Entendemos que estamos em obediência à lei de 75. Acontece que São Paulo interpretou que esta lei não foi recepcionada (recebida) pela Constituição Federal de 1988, por isso a eterna briga entre os governos", explica.

Mas, Como conforme expli-

cou anteriormente o superintendente da Suframa e ex-secretário-executivo da Receita da Sefaz-AM, Thomaz Nogueira, o Código Penal é de 1945 e por isso o Amazonas defende a validade da lei.

Alckmin também denunciou a Lei 2.826/2003, que regula a política de incentivos fiscais do Amazonas. Ele argumentou que na última década, a lei amazonense provocou graves prejuízos ao Estado de São Paulo e pede que o Supremo julgue com urgência o recurso proposto por ele.

A ação está sob a relatoria da ministra Rosa Weber e aguarda julgamento.

Por dentro

OUTROS ESTADOS

AS NORMAS FISCAIS DE MAIS QUATRO ESTADOS FORAM QUESTIONADAS POR SÃO PAULO:

Santa Catarina
Rio de Janeiro
Bahia
Mato Grosso do Sul

Dados

ADIN 4832

> Na Adin, Geraldo Alckmin questionou dispositivos da Lei 2.826/2003, do Amazonas, e do Decreto Estadual 23.994/2003 que, segundo a ação, tratam da concessão de benefícios fiscais para fins de ICMS sobre produtos sem a autorização do Confaz.

> Os dispositivos questionados criam o chamado "crédito estímulo" e o "corredor de importação", como incentivos fiscais voltados à integração, expansão, modernização e consolidação dos setores industrial, agroindustrial, comercial, de serviços, florestal, agropecuário e afins, para o desenvolvimento estadual.

> O Estado de São Paulo aponta violação da Constituição Federal e pede a concessão de medida cautelar para suspender a eficácia dos dispositivos questionados.

Mercado reduz previsão para alta

O mercado reduziu a estimativa para o PIB (Produto Interno Bruto) pela terceira semana e já aposta em um crescimento de apenas 1,75% neste ano, segundo divulgação de hoje do boletim Focus, do Banco Central. Na semana passada, a previsão era de 1,81%. Para 2013, a estimativa permanece em 4%.

A estimativa fica muito aquém da expectativa divulgada pela autoridade monetária em junho, de 2,5%, ante previsão inicial

de crescimento de 3,5% para o crescimento do país. A taxa projetada pelo governo é de 3%.

A previsão do mercado fica próxima à leitura que o governo faz nos bastidores e que já considera o risco de o país crescer menos de 2% neste ano, conforme informou a Folha no sábado.

A projeção deste ano para inflação oficial (medida pelo IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo) subiu pela sexta semana, passando de 5,11%, na semana passada, para 5,15%. Para 2013, se manteve, pela oitava semana,

em 5,5%.

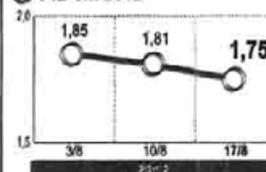
A estimativa para a taxa básica de juros, a Selic, foi mantida em 7,25% neste ano e reduzida para 2013: de 8,5%, na semana passada, para 8,38% hoje.

As expectativas para o valor do dólar em 2012 e 2013 permaneceram inalteradas em R\$ 2 para ambos casos.

O boletim Focus é elaborado pelo BC a partir de consultas feitas a instituições financeiras e expressa, semanalmente, como o mercado percebe o comportamento da economia.

Expectativa dos analistas

PIB em 2012



OUTRAS PROJEÇÕES

	2012	2013
Selic	7,25	8,38
IPCA	5,15	5,30
IGP-M	7,79	8,00
IGP-DI	8,03	8,01
IPC-Fipe	4,32	4,71
Taxa de câmbio (R\$)*	2,00	2,00

4,00%

previsão de crescimento do PIB para 2013

(* Em relação ao dólar

FONTE | Banco Central

© GRAPPO

Exportações superam importações em US\$ 574 mi

As exportações superaram as importações na terceira semana de agosto e o resultado da balança comercial ficou positivo em US\$ 574 milhões no período. As informações foram divulgadas hoje pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O saldo positivo, chamado de

superavit comercial, é resultante das exportações de US\$ 4,909 bilhões e importações de US\$ 4,335 bilhões. O resultado é referente ao período do dia 13 até 19 do mês.

No mês, o superavit alcançou US\$ 2,130 bilhões, resultantes de US\$ 12,749 bilhões das exportações e US\$ 10,619 bilhões

de importações. No ano, o saldo positivo é de US\$ 12,075 bilhões, resultado 34,3% menor do que no mesmo período de 2011 (US\$ 18,392 bilhões). As exportações somam US\$ 150,966 bilhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 138,891 bilhões.

A balança comercial é o resultado do comércio entre os

países, a relação entre as exportações e importações. Se o resultado é positivo, é registrado superavit e significa que o país vendeu mais produtos ou serviços do que comprou. No caso de resultado negativo (quando as importações são maiores do que as exportações) é registrado deficit.

CAPA

GUERRA FISCAL

Terrorismo paulista contra o Amazonas

Governo de São Paulo questiona no STF os incentivos fiscais concedidos à Zona Franca. PÁGINA A3

Estados se 'arma' para enfrentar Adin de SP

LUANA GOMES
luana.gomes@critica.com.br

"Um terrorismo contra a economia do Amazonas". Foi esta a definição do governador Omar Aziz para a atitude do Poder Executivo de São Paulo, que ajuizou, na sexta-feira, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Estado do Amazonas.

Por meio da ação, o governo paulista questiona junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) os incentivos fiscais de crédito estímulo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM), e pede a suspensão deles.

Embora ainda não tenha sido notificado oficialmente, o Governo do Estado, acionou a sua Procuradoria Geral, que ontem começou a trabalhar na minuta de resposta ao questionamento jurídico feito pelo governo paulista ao STF. "Tomamos conhecimento informalmente, por meio do site do Supremo, e já estamos trabalhando numa minuta de resposta. Nossa intenção é nos anteciparmos aos prazos interpostos", garantiu o procurador Clóvis Smith.

PEDIDO

A Adin pede que o STF torne sem efeito o artigo 15 da Lei Complementar Federal 24/75, que trata sobre concessão de isenção de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias. A lei embasa a legislação estadual de Incentivos Fiscais da ZFM, que permite ao Estado outorgar benefícios fiscais relativos ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o governador Omar Aziz, "as intenções do governador Geraldo Alckmin (PSDB) não são meramente de arrecadar mais com o ICMS de São Paulo, mas retirar a competitividade garantida à ZFM, para que as indústrias aqui instala-



Governador Omar Aziz: Amazonas não quer perder recursos, mas não abrirá mão da competitividade da ZFM



Governador Geraldo Alckmin está insatisfeito com política fiscal do AM

das migrem para o Estado de São Paulo.

Aziz disse ainda que o Amazonas não quer perder recursos, mas abre mão da receita na tentativa de manter empregos e o PIM competitivo, devido à logística característica da região.

LEGITIMIDADE

Na avaliação do procurador geral Clóvis Smith, se fosse uma coisa com perspectiva de julga-

mento rápido, poderia ser favorável ao Estado, porque criaria um âmbito de certeza jurídica. "Temos absoluta confiança da legitimidade do que está sendo feito dentro do Amazonas em relação à legislação tributária. O grande problema é que não há como estabelecer um prazo para o julgamento disso, o que gera incertezas a quem tem interesse em investir na região", considerou.

Saiba mais

>> provimento

Em julho de 2011, o Governo do Estado pediu e obteve provimento do STF para suspender a eficácia de dispositivos da lei 6.374/1989, do decreto estadual 51.624/2007, com a redação dada pelo decreto 57.144/2011, e do decreto 45.490/2000 (Regulamento do ICMS/SP), que prejudicava a ZFM.

Para Clóvis Smith a Adin movida pelo Governo de São Paulo é uma espécie de "retaliação" à Adin ajuizada pelo Governo do Amazonas no ano anterior contra lei e decretos paulistas que estabeleciam incentivos fiscais à produção de *tablets* (computadores portáteis) e que, consequentemente, prejudicavam a competitividade dos produtos fabricados em Manaus.

A Adin não prosperou. Caso o produto fosse fabricado em São Paulo, a alíquota efetiva de ICMS seria de 0%, enquanto na ZFM seria de 12%.

117 mil empregos afetados

Além de sofrer com as dificuldades logísticas, lutar para manter a competitividade frente aos importados, o modelo Zona Franca ganhou em um potencial "inimigo": o Estado de São Paulo. Briga esta que pode prejudicar toda a economia amazonense.

Quem diz isso é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM), Valdemir Santana, para quem, caso a medida seja deferida, estarão em xeque os empregos (117 mil deles) gerados atualmente pelas empresas do Polo Industrial de Manaus, sem contar os que trabalham de forma indireta: "É mais uma facada ao Amazonas. Precisamos garantir o

emprego de nosso filhos e netos", frisou.

O procurador-geral do Estado, Clóvis Smith, lembrou também que a lei estadual que dispõe sobre a política de incentivos fiscais no Estado do Amazonas - reclamada na Adin - foi publicada em 2003.

Desta forma, ele questionou o motivo de São Paulo precisar de nove anos para levar essa questão ao STF.

Segundo ele, isto reafirma a tentativa de retaliação do Governo paulista quanto às causas anteriormente ganhas pelo Estado. "Quando o Amazonas tem algo a questionar, ele faz logo em seguida, como no caso da desoneração dos *tablets*, em 2011", reclamou.

Blog

Thomaz Nogueira Superintendente da Zona Franca de Manaus

"Esta ação não tem impacto na arrecadação do Estado de São Paulo, mas na alocação de investimento. Se o investidor pagou ou foi isento do tributo, isto não altera em nada a arrecadação tributária paulista porque esta parte é do Amazonas. Esta ação é apenas um contra-ataque. A lei complementar 24/75, que garante os incentivos a ZFM e disciplinou o funcionamento da Confaz, veio antes da Constituição Federal de 88. O Estado de São Paulo desenvolveu uma tese de que a partir de 88, este artigo não mais funcionaria, que o Amazonas precisava ir ao Confaz para ter autorização de conceder incentivos fiscais. No entanto, todas as vezes que houve este questionamento, como no escândalo do açúcar, no qual se tentou colocar o



item dentre as mercadorias que não poderíamos ter incentivos concedidos pela ZFM, o Supremo deliberou que o Confaz não tinha competência pra fazer isso, baseado na Lei Complementar. É preciso dizer que hoje temos algumas ações no Supremo que incomodam São Paulo, como a questão dos *tablets*. No entanto, o Amazonas entende que nunca praticou guerra fiscal, que está amparado por estes dispositivos. São tentativas de retaliação.

Estados se 'arma' para enfrentar Adin de SP (continuação)

'Antes tinha havido outras ameaças'

Declaração é do presidente do Cieam, Wilson Périco, advertindo que o Amazonas tem prerrogativa para conceder incentivos

As reuniões do Conselho de Administração da Suframa (CAS) podem servir de termômetro para as medidas evocadas contra o Amazonas.

Embora o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, saliente que a reunião marcada para o dia 30 já tem todos os pontos consolidados, detalhou que, nas próximas, o número de projetos deve apontar quais foram os reflexos causados pela ação do governo paulista.

De acordo com ele, as reuniões do CAS apreciam 40 projetos em média. Na última, só de implementação foram 22 deles. Nogueira disse que a preocupação é

Mais quatro Estados

Além do Amazonas, São Paulo ingressou com Adins contra outros quatro Estados: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia, questionando a desoneração de ICMS em diversos produtos sem autorização do Confaz

que haja um desaquecimento, especialmente quando os investidores, mesmo com projetos aprovados, podem "puxar o carro".

O presidente do Centro da In-



Wilson Périco destacou o amparo constitucional concedido à ZFM

dústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, observou que o Estado tem prerrogativas para conceder incentivos, a partir de instruções da Constituição Federal. De acordo com o dirigente, antes da deliberação da Adin, São Paulo já ameaçava de autuação às empresas amazonenses, não reconhecendo os incentivos fiscais.

A Moto Honda foi uma das afetadas nesta história. Apesar de a multinacional ter preferido não se posicionar em relação à nova Adin, lembrou a anterior, por meio de sua assessoria: "Houve uma ação do Governo Paulista contra os produtos da

ZFM que também atingiu a Honda, porém a Sefaz é quem está cuidando desse assunto".

O secretário de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Ispier Abrahim, analisou que a Adin deve impedir o desenvolvimento de negócios em todo o território nacional. Segundo ele, apesar do Amazonas estar em "xeque" na atração de novos investimentos, isto pode ser um "tiro no pé" para a região paulista, se, de repente, os empresários decidirem escolher outros países para inserir seus processos fabris ao invés do Brasil, devido à "rixa" entre as unidades federativas.

Abrahim disse ainda que, em momento anterior, foram concedidos incentivos para a vinda da indústria automobilística, o que mostra que SP não concorda apenas com benefícios para desenvolvimento de outras regiões. "É um venha a nós e a vossa senhoria, nada", frisou.

Que pacto é esse?

A Zona Franca de Manaus volta a ser questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) apresentada pelo Governo de São Paulo. É mais um capítulo de um embate com mais de 40 anos. Desta feita, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), representou contra cinco Estados (Amazonas, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Mato Grosso). As Adins questionam os incentivos fiscais concedidos nesses Estados e simbolizam uma das faces da guerra fiscal travada no País. No caso do Amazonas é mais um da série de

ataques ao principal modelo econômico estadual que tem na política de incentivo fiscal diferenciada a principal característica. Os governos de São Paulo assim como as representações de setores produtivos paulistanos agem claramente para desmantelar esse modelo e desqualificá-lo. Nessas quatro décadas tem sido essa a postura do Governo de São Paulo cuja orientação ecoa no Congresso Nacional. Durante esse período, o Amazonas foi submetido a uma guerra sistemática, a longos períodos de sobressaltos e de instabilidade. O que o Governo de São Paulo tenta, hoje,

repete essa conduta, sem trégua, contra o Polo Industrial de Manaus (PIM). Não é uma briga para arrecadar mais por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). É para reduzir a competitividade da ZFM e fragilizá-la até destituir-la completamente alguma atração que justifique aos empresários manter investimentos nesta cidade. Significa um golpe de morte na economia amazonense completamente dependente da ZFM. A conduta dos agressores da ZFM expõe a política discriminatória que ainda representa a ideia de desenvolvimento

adotada no Brasil. São Paulo, o Estado mais rico, tenta, dentro dessa lógica, proteger seus negócios e a sua condição político-econômica. Nem que para isso tenha que dizimar milhares de pessoas, submeter outros Estados a uma subvida. É um pacto federativo torto porque pactuar exige combinar e, nesse caso, há submissão. O Congresso Nacional deve ser convocado, pelo conjunto dos seus membros, a discutir com responsabilidade essa questão e atuar, firmemente, para alterar essa noção de desenvolvimento que contempla uns poucos e mantém a maioria dependente. O Amazonas tem sido vítima dessa prática.

SIM & Não

‘Esse cidadão foi candidato a presidente!’

O governador Omar Aziz (PSD) usou o tom de assombro para politizar ontem a ação que o colega de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), moveu na sexta-feira contra a lei de incentivos fiscais do AM. “Pasmem! Esse cidadão foi candidato a presidente da República e não aprendeu que aqui vivem brasileiros que dependem disso”. Omar também deu mostras de que, nesse debate, vai associar a imagem de Alckmin ao PSDB. Tanto que em cinco minutos de entrevista reiterou cinco vezes que o colega é do PSDB.

No colo Vincular Alckmin ao PSDB cai como uma luva no discurso de Omar nesse momento de campanha eleitoral, já que o principal adversário de sua candidata a prefeita de Manaus, Vanessa Grazziotin (PCdoB), pelo que demonstram as pesquisas eleitorais, é o tucano Artur Neto.

É ele Técnicos da Sefaz-AM apontam o dedo para Andrea Calabi, acusando-o de mentor das ações contra a economia do Amazonas. Ele serviu aos tucanos como presidente do BB, número 2 do Ministério do Planejamento e atualmente é titular da Fazenda paulista.

Desespero Do titular da Suframa, Thomaz Nogueira, sobre a ação do governador de São Paulo contra o Amazonas:

“Ele não quer outra coisa a não ser criar um ardil, uma chicana judicial. É um erro grave e desesperado”.

Silêncio Aguda crise de silêncio acomete a bancada do AM em Brasília. Os 11 parlamentares que comeram abiu na semana passada ao fato do Estado ter ficado fora do pacote de R\$ 133 bi lançado por Dilma Rousseff, ontem, sequer esboçaram ânimo para reagir na questão SP x AM.

Parceiro Aliás, o apoio ao Amazonas vem de onde menos se espera. O deputado federal Romário (PSB-RJ) autorizou ontem o vereador Fabrício Lima (ERTB) a anunciar que ele comprou a briga. Detalhe é que no mesmo dia em que Alckmin denunciou o Amazonas,

Previsão

Mercado reduz PIB a 1,75%

Com a economia em baixa, Boletim Focus do BC acredita que PIB ficará bem abaixo dos 2,87% previstos no início o ano

BRASÍLIA (AE) - O mercado financeiro reduziu pela terceira semana consecutiva a previsão de crescimento da economia brasileira, que caiu de 1,81% para 1,75%, de acordo com a pesquisa Focus divulgada há pouco pelo Banco Central (BC). Há quatro semanas, estava em 1,90%. Para 2013, a aposta se manteve em 4,00%, acima dos 4,10% verificados há quatro semanas.

A projeção para o setor industrial em 2012 passou de uma retração de 1% para uma queda de 1,2%, o que representa o 12º recuo consecutivo da previsão. Há quatro semanas, estava em -0,04%. Para 2013, economistas preveem ritmo maior, com avanço industrial de 4,4%, projeção que subiu em relação aos 4,3% esperados na semana anterior e também há quatro semanas.

Analistas elevaram ainda a previsão para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB) em 2012, de 35,20% para 35,27%. Para 2013, a projeção ficou em 34,00%. Há quatro semanas, as

Câmbio

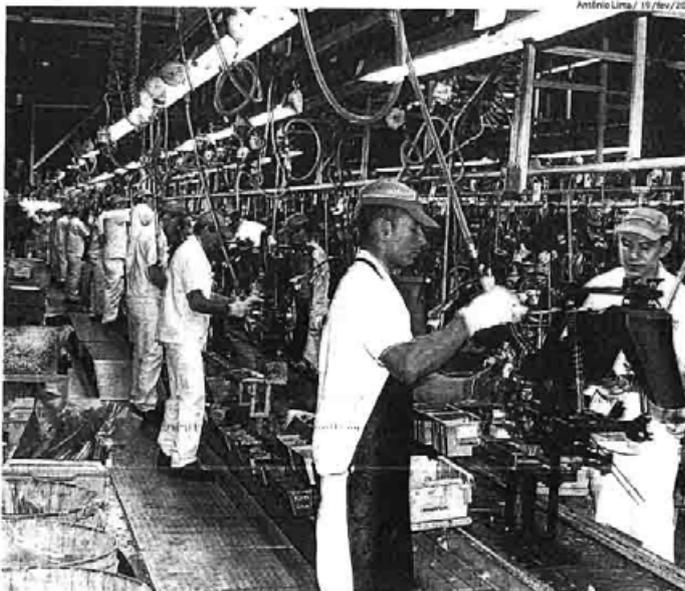
Economistas mantiveram as previsões para a taxa de câmbio no final de 2012 e de 2013 em R\$ 2 pela segunda semana. Há um mês, analistas previam dólar a R\$ 1,95 no fim de 2012 e de 2013. A taxa média de câmbio deve ficar em R\$ 1,94.

projeções estavam em, respectivamente, 35,50% e 34,00% do PIB para cada um dos dois anos.

INFLAÇÃO

O mercado financeiro elevou a projeção de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) em 2012 pela sexta semana seguida, de 5,11% para 5,15%, de acordo com a pesquisa Focus. Há quatro semanas, a mediana estava em 4,92%.

Para 2013, a estimativa se manteve em 5,50% pela oitava semana. A projeção de alta da inflação para os próximos 12 meses subiu pela terceira semana, de 5,61%



Antônio Lima / 15/fev/2008

Indústria brasileira tem influenciado na redução do PIB com a baixa produção, poucas vendas e crise nos empregos

para 5,66%, conforme a projeção suavizada para o IPCA. Há quatro semanas, estava em 5,56%.

O mercado manteve a aposta de que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve cortar a taxa básica de juros dos atuais 8% para 7,5% na reunião da próxima semana. A mediana das estimativas para o patamar da taxa Selic no final de 2012 também segue inalterada, em 7,25% pela segunda semana consecutiva. Para o fim de 2013, a previsão caiu de 8,50% para 8,38%.

A previsão para a taxa básica de juros ao final de 2013, que estava em 8,5% desde o início de julho, recuou para 8,38%. Histórico do levantamento mostra que as estimativas estavam em 9% até o dia 29 de junho, quando haviam sido revisadas pela última vez. Atualmente, a taxa Selic está em 8%.

O mercado projeta agora corte de 0,5 ponto porcentual na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom) da próxima semana. E outra redução, de 0,25 ponto para 7,25%, na reunião de outubro.

Servidores recusam reajuste

Proposta de reajuste unificado em 15,8%, lançada pelo Governo Federal, é rechaçada por entidades, que manterão greves

CINTHIA GUIMARÃES

cinthiaguimaraes@critica.com.br

Servidores federais como fiscais da Receita Federal, da Agricultura e do Trabalho, cujas atividades mais afetam os serviços essenciais do País, já sinalizam rejeitar a proposta de 15% de reajuste linear, lançado a 18 categorias na última sexta-feira pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A decisão será referendada por várias entidades amanhã, o que deve estender mais ainda o movimento grevista. A proposta significa 5% de aumento salarial rateado em três anos (2013, 2014 e 2015).

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) considera que a proposta não contempla sequer inflação do período e que o governo deixou bem claro que dificilmente ela será alterada. Desde o dia 18 de junho, eles realizam uma greve parcial, com a chamada "operação padrão" (fiscalização rigorosa e lenta) e operação crédito zero (quando os créditos fiscais não são lançados no sistema da Receita). Com a questão salarial em cheque, pedidos como reestruturação da carreira e legalização do porte de arma para os fiscais não foram citados na mesa de negociações. No Amazonas trabalham cerca de 180 auditores fiscais.

Na mesma esteira, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinaft) já indicou recusa aos 15,8% de reajuste. As negociações começaram no início de 2012, quando eles fecharam o pedido de 30,19% de aumento, percentual que representa perdas salariais desde 2008, além de diminuição dos padrões da carreira e subsídio para local

de difícil acesso. Atualmente há 58 auditores do trabalho no Amazonas, o que significa uma relação média 0,21 servidor para cada 10 mil pessoas ocupadas. No País, há 2,8 mil auditores. Eles alegam estar há um ano e meio sem reposição salarial.

Os fiscais federais do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) vem pedindo, desde o início de 2011, 22,08% de reajuste salarial, além de realização de concurso público para recompor o quadro de servidores considerado defasado. Os fiscais agropecuários têm a função de monitorar o trânsito de produtos nos portos, aeroportos e fronteiras, além do uso de defensivos nas lavouras, a fim de evitar contaminação provocada por animais, plantas ou agrotóxicos.

Os docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) apreciam hoje a contraproposta aprovada pelo Comando Nacional de Greve (CNG) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (An-des-SN). O governo lançou 45% de reajuste dividido em três anos.

A maratona de negociações deve continuar hoje com os policiais federais que vêm pedindo reestruturação da carreira e rees-



Protesto dos servidores federais em greve parou o trânsito na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 15

truturação salarial há dois anos e meio. Eles querem seus salários equivalentes às demais carreiras típicas de Estado. Enquanto isso, mantêm suspensos os serviços nas superintendências regionais.

Com a atual configuração, a greve dos servidores federais já é considerada a maior já realizada, uma vez que cerca de 30 categorias estão de braços cruzados.

Veja o quadro sobre a situação dos grevistas

Categoria	Tempo de greve	Reajuste pedido	Reajuste proposto (em três anos)	Salário inicial	Servidores no At
Auditores fiscais do Brasil - Federais	18 de junho	30,19%	15,8%	R\$ 12,8 mil	180
Auditores fiscais do Trabalho	18 de junho	30,19%	15,8%	R\$ 12,8 mil	58
Fiscais Federais da Agricultura	9 de agosto	22,08%	15,8%	R\$ 9,9 mil	30
Policiais Federais	7 de agosto	Reestruturação de carreira	A negociar	R\$ 7,5 mil	250
Professores das Universidades Federais	17 de maio	Reestruturação de carreira e de melhores condições de trabalho	45%	Variações em 13 níveis	1,9 mil

Fonte: Entidades de classe

PRF inicia greve nacional

Os policiais rodoviários federais de todo o Brasil entram em greve ontem. A paralisação nacional foi aceita durante assembleia realizada no último sábado, e a adesão é feita de forma gradual conforme as necessidades de cada sindicato estadual (Sinprf).

Há 24 sindicatos regionais e a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) calcula que 21 atendem ao comando de greve até a próxima sexta-feira, um dia depois de uma reunião com o Ministério do Planejamento, que deve acontecer na quinta-feira. Alguns Estados já tinham iniciado o movimento na semana passada.

Segundo a categoria, entre os serviços prejudicados com a paralisação, está o combate aos crimes em estradas e rodovias, ao tráfico de drogas assim como a fiscalização de cargas, sonegação de impostos e crimes de trânsito. O policiamento nas fronteiras do País também será reduzido, 30% do efetivo segue com os trabalhos.

A FenaPRF afirma que a greve persistirá até um acordo com o Governo Federal. Entre os itens da pauta de reivindicações, os policiais rodoviários federais pedem, principalmente, uma recomposição salarial e o reconhecimento do nível superior para o cargo de policial rodoviário federal.

Voz da web

"Já está na hora dessa greve acabar. Pelo visto o governo não está nem aí para os professores para os alunos". Liciany Rodrigues

"A greve é uma grande palhaçada. Depois vão encher os alunos de trabalhos e mandarem todos se virarem..." Rosana Ramalho

"No dia que o Brasil equiparar os salários dos professores aos de juizes e vereadores, vai se tornar um País desenvolvido". Fábio Lopes

"Isso é uma inversão de valores. Enquanto uma pessoa ganha milhões jogando futebol, outras estão nessa situação". Eduardo Jorge

"O governo não está atinando para os professores e muito menos para nós alunos". Lúcia Tavares

CAPA

ATAQUE

SP questiona governo sobre incentivos concedidos ao PIM

Governo oferece reajuste a mais três categorias

Dirigentes foram unânimes em considerar baixo o valor ofertado, que deve ser pago em três anos

As três reuniões do Ministério do Planejamento com servidores em greve, na manhã de ontem, terminaram com o governo oferecendo reajuste de 15,8% às diferentes categorias e com o agendamento de novos encontros, para que a pasta faça ajustes solicitados pelos sindicalistas e para que as lideranças tenham tempo de levar as propostas às suas bases.

Representantes das carreiras do Fórum de Ciência e Tecnologia; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) retornam ao Planejamento na quarta-feira (22) para uma segunda rodada de discussões.

Os dirigentes foram unânimes em considerar baixo o percentual ofertado, que deve ser aplicado aos vencimentos, ao longo de três anos. No entanto, todos concordaram em levar a proposta para ser votada. No sábado (18), o secretário de Relações do Trabalho do Planejamento, Sérgio Mendonça, disse em entrevista que o patamar servirá de parâmetro em todas as negociações e será o máximo

oferecido pelo governo.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton Costa, que representou os servidores da Ciência e Tecnologia no encontro com Mendonça, disse que foi solicitado ao governo que incorporasse a gratificação de desempenho ao vencimento

ACORDOS

Os acordos precisam ser fechados até o dia 31 de agosto, quando a proposta orçamentária com previsão dos gastos para 2013 deve ser encaminhada ao Congresso Nacional

básico dos trabalhadores. Na nova reunião com o ministro, o Fórum de Ciência e Tecnologia terá a resposta a esse pleito e informará se aceita o percentual de 15,8% proposto pelo governo.

Segundo Josemilton, apesar de considerarem o patamar de reajuste baixo, os grevistas sabem do tempo apertado para as negociações.



VALTER CAMPANATO/ADR

Secretário Sérgio Mendonça disse que valor será parâmetro

'Com a faca no pescoço'

Para Wander Alcantela, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Rio de Janeiro (Sintrasef), entidade que representou o Inpi na reunião de ontem, os servidores estão negociando "com a faca no pescoço". "Está sendo uma negociação dura. Estamos sendo forçados a tirar leite de pedra", disse. Os dirigentes do Sintrasef também solicitaram

ao governo mudanças na proposta sem alteração do percentual de 15,8%.

"Estamos pedindo a incorporação integral de uma gratificação aos vencimentos básicos. A reposição do corte de ponto é outra reivindicação e também queremos que o parcelamento em três anos não engesse a categoria. No ano que vem tem que haver negociação novamente", disse Alcantela.

Paralisações foram pontuais

Segundo o sindicalista, os servidores do Inpi não chegaram a entrar em greve. "Houve paralisações pontuais e alguns dias vieram cortados no contracheque". De acordo com o dirigente, haverá assembleia dos trabalhadores do Inpi, amanhã, às 10h30, no Rio de Janeiro, para debater a oferta governamental.

Sérgio Ballerini, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores de Metrologia, Normalização e Qualidade (Asmetro-5N), informou que os trabalhadores do Inmetro farão assembleia na quarta-feira de manhã para discutir a proposta do Planejamento e que foram solicitadas ao governo melhorias nos benefícios concedidos à categoria.

Governo paulista 'ataca' legislação do Amazonas

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

cautelar, para questionar a legislação que regulamenta a concessão de benefícios fiscais do Amazonas. A relatoria da ação foi distribuída para a ministra Rosa Weber.

Caso a liminar seja concedida, terá um impacto "fulminante" sobre a expansão dos investimentos na Zona Franca de Manaus (ZFM), afetando a geração de 117 mil empregos diretos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e, no mínimo, 500 mil indiretos.

A ação dos paulistas pede a suspensão de dispositivos da lei estadual nº 2.826/03 e do decreto estadual nº 23.994/03, que concedem incentivos e benefícios fiscais para fins do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para uma série de produtos, incluindo, eletrônicos e alimentos.

Eles alegam que esses dispositivos são inconstitucionais, uma vez que criaram benefí-

cios como o "crédito estímulo" e o "corredor de importação" de modo unilateral, ou seja, sem complementar 24/75, que re-

AÇÕES

Além da ADI contra o Amazonas, o governo de São Paulo contestou normas dos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia, que concedem incentivos fiscais de ICMS

gulamenta a obrigatoriedade da submissão dos incentivos concedidos pelos Estados ao crivo do Confaz, com a exceção do Amazonas.

O procurador-geral do Estado, Clóvis Smith, por meio da Agência de Comunicação do Estado (Agecom), informou que o governo do Amazonas, até ontem, ainda não havia sido notificado oficialmente da ação do governo do Estado

do Sudeste. Ele destacou que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) tem questionado o tratamento diferenciado do Amazonas permitindo que toda a legislação a respeito da ZFM ficasse mantida, entre elas a lei complementar 24/75. Por força dessa regra, só estariam mantidos os benefícios federais, mas a Constituição não faz essa restrição no caso do Amazonas, onde se aplicam todos os tributos de todas as esferas", afirmou Clóvis Smith.

O subprocurador-geral adjunto da PGE, Leonardo Blanche, salientou que a estratégia será a mesma adotada em outros embates judiciais travados na guerra fiscal entre Amazonas e São Paulo, onde o Estado sustentou que pode conceder incentivos relacionados ao ICMS sem o crivo do Confaz. "Acredito que seja improvável a concessão da liminar, porque não há o *periculum in mora* para julgar a ação uma vez que a lei questionada existe há nove anos", opinou.

Governo paulista 'ataca' legislação do Amazonas (continuação)

Entidades repudiam medida

Entidades laborais e empresariais se uniram para repudiar a ação movida por São Paulo.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado Amazonas (Fieam), Antônio Silva, destacou que não é a primeira vez que o governo paulista toma medidas para prejudicar a economia do Amazonas. "Eles sempre procuraram obstruir. No passado, era o José Serra, e agora é o atual governador. Vamos

fazer uma campanha para transformar Geraldo Alckmin em 'persona non grata' no Estado", enfatizou.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, classificou de irresponsável a ADI apresentada pelo governo paulista. "O Amazonas precisa se defender desse novo ataque de São Paulo. Se retirarem os incentivos de ICMS, as empresas vão sair do polo in-

dustrial e haverá demissões em massa", ressaltou.

Além da indústria, a ação de São Paulo pode afetar "em cheio" o comércio amazonense, onde é gasto o salário ganho pelos funcionários do Distrito Industrial. "Precisamos impedir que o Amazonas seja prejudicado nessa disputa fiscal com São Paulo", afirmou o presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Ismael Bicharra.

Claro & Escuro

Amazonas possui prerrogativa de conceder incentivos do ICMS

A iniciativa do Governo de São Paulo em questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade do Amazonas em conceder incentivos fiscais sem consultar o Conselho de Política Fazendária (Confaz) deve estabelecer um marco. Há, no STF, em torno de 34 ações referentes à guerra fiscal, mesmo após o Supremo ter decidido, em junho do ano passado, pela inconstitucionalidade de 14 casos de Estados que concederam benefícios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que não passaram pelo Confaz. Pela Lei Complementar 24/75, acolhida pela Constituição, o Amazonas tem a prerrogativa de não obter autorização do Confaz. Sem esta prerrogativa, o Decreto-Lei 288/67, que criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), fica praticamente inócuo. Em abril, O STF lançou a Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 69 para por fim às dúvidas e acabar com a guerra fiscal de forma definitiva.

Ação do governo paulista contra o AM põe em xeque novos investimentos

MANAUS

O Estado de São Paulo ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), no Supremo Tribunal Federal (STF), para impedir que o Amazonas conceda incentivos fiscais relativos à desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sem autorização do Conselho de Política Fazendária (Confaz). O governo paulista questiona dispositivos que criam o "crédito estímulo" e o "corredor de importação" e pede a concessão de medida cautelar para suspendê-los. A ação ameaça novos investimentos, empregos e a competitividade da indústria do Amazonas.

Até ontem, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) não havia sido comunicada oficialmente sobre a Adin. "Tomamos conhecimento informalmente, por meio do site do Supremo e já estamos trabalhando em uma minuta de resposta. Nossa intenção é nos anteciparmos aos prazos interpostos", informou o procurador geral do Estado, Clóvis Smith.

Sobre a alegação de São Paulo de inconstitucionalidade da lei estadual de Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM), o Governo do Amazonas se defende. "Entendemos não existir inconstitucionalidade, uma vez que a própria Constituição Federal de 1988 deu ao Estado do Amazonas tratamento diferenciado, permitindo que toda a legislação a respeito da ZFM ficasse mantida, entre elas a Lei Complementar 24/75", afirma.

Ameaças

"Se for julgado favorável, as empresas de Manaus fecham porque não conseguiriam competir com as de fora, é mais um ataque de São Paulo contra nosso Estado (...) isso também faz com que as empresas que



Entidade representativa da indústria diz que o setor aguarda um posicionamento do Governo do Amazonas em relação à ação do governo paulista contra o Estado



Wilson Périco. Presidente do Cieam

Essa instabilidade jurídica atrasa novos investimentos, porque não se sabe qual regra do jogo está valendo"



viriam pra Manaus suspendam seus investimentos. Essa questão é gravíssima", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM), Valdemir Santana. O representante dos trabalhadores afirmou ainda que a Adin ameaça os 117 mil empregos da indústria. De acordo com Santana, a Adin afetaria todas as empresas instaladas na ZFM. "Todas as indústrias recebem incentivo do

ICMS que variam de 55% a 100%, variando de acordo com o produto".

Segundo o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) Wilson Périco, o segmento aguarda um posicionamento do Governo do Amazonas em relação à questão. "A indústria não tem o que fazer. É o Governo do Estado que tem que defender esse direito garantido pela Constituição de conceder incentivos.

O Estado possui subsídios jurídicos para preservá-lo", disse.

Périco afirmou, ainda, que a ação de São Paulo contra o Amazonas preocupa a indústria. "Essa instabilidade jurídica atrasa novos investimentos, porque não se sabe qual regra do jogo está valendo, e também afeta as atividades já existentes, se isso vier a acontecer o Polo Industrial de Manaus perde competitividade e empregos", afirmou.

Adin questiona 'corredor de importação'

A Adin 4832, impetrada no último dia 13 de agosto, por São Paulo, questiona dispositivos da Lei 2.826/2003, do Amazonas, e do Decreto Estadual 23.994/2003, que, segundo a ação, tratam da concessão de benefício fiscal para fins de ICMS sobre diversos produtos, desde eletrônicos até pescado, sem anuência do Confaz. Os dispositivos questionados criam o chamado "crédito estímulo" e o "corredor de importação", como incentivos fiscais voltados à integração, expansão, modernização e consolidação dos setores industrial, agroindustrial, comercial, de serviços, florestal e agropecuário para o desenvolvimento estadual.

O governo paulista sustenta a violação do artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea 'g', da Constituição Federal, combinado com os termos da Lei Complementar 24/75 e pede a concessão de medida cautelar para suspender a eficácia desses dispositivos. A ação está sob a relatoria da ministra Rosa Weber. De acordo com o procurador geral do Amazonas, São Paulo tenta fazer uma interpretação restritiva da regra constitucional. "Por força desta regra, só estariam mantidos os benefícios federais, mas a Constituição não faz essa restrição no caso do Amazonas, onde se aplicam todos os tributos de todas as esferas".

Wilson Périco também critica a postura do governo paulista. "São Paulo sempre teve um olhar contrário ao modelo Zona Franca, o que é um egoísmo, uma maldade, o Estado mais rico do País ficar atacando o único Estado que pela Constituição Federal tem direito de dar incentivo", afirmou. Segundo o site do STF, além do Amazonas, São Paulo também ajuizou Adins contra os Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia.

Videolar suspender comércio eletrônico

TEXTO Henrique Sounier

FOTO Raimundo Valentim/07/04/12

MANAUS

Com fábrica e centro de distribuição localizados em Manaus, a Videolar encerrou suas atividades no comércio eletrônico, alegando distância com as regiões Sul e Sudeste, principais mercados consumidores. A loja, que antes funcionava no endereço www.videolar.com, foi aberta em 2005 e desde então já entregou mais de 2 milhões de mercadorias.

O anúncio acontece oito meses depois da fusão da empresa com a Microservice, outra gigante do ramo de mídias, dando início à AMZ Mídias Industriais.

Em nota oficial, a Videolar informou que “a distância do

centro-sul do País tem inviabilizado algumas operações. Assim, preferimos suspender essa atividade para reavaliação”, disse o informe oficial.

A loja afirma ainda que, quando iniciou a trajetória de vendas por comércio eletrônico, um dos grandes desafios era operar uma loja de varejo online com um centro de distribuição sediado em Manaus.

No início, a loja online da Videolar era referência de comércio eletrônico, por oferecer preços acessíveis, frete grátis em compras a partir de R\$ 100 e cupons de descontos aos clientes. Nos últimos meses, diversas polêmicas rondaram a companhia, como erros em promoções e cancelamento unilateral de pedidos sem explicações.

Um dos casos mais recentes

aconteceu em março, quando um erro no sistema do site estendeu uma promoção ‘leve 3, pague 2’, até então apenas para discos de Blu-Ray, para todos os itens da loja. A Videolar cancelou todos os pedidos feitos na época, inclusive os que não tinham usufruído dos descontos irregulares.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cicam), Wilson Périco, é preciso entender o que levou a loja a fechar e estudar o que pode ser feito para evitar que isso aconteça com outras companhias no futuro.

“Temos uma deficiência com logística e isso afeta o preço dos nossos produtos, por causa do custo do frete. Não acredito que seja uma questão logística simplesmente, mas também de competitividade”, disse.